

NOTAS ECONÓMICAS

NÚMERO 1 / ABRIL '93 / PREÇO 1.500\$00 / ISSN 0872-4733

J. J. TEIXEIRA RIBEIRO A TRIBUTAÇÃO DOS VALORES MOBILIÁRIOS

MICHEL AGLIETTA FINANCIAL GLOBALIZATION

ALFREDO MARQUES INCENTIVOS REGIONAIS E COESÃO

A. J. MARQUES MENDES THE FUTURE ENLARGEMENT(S) OF THE EEC

JOÃO SOUSA ANDRADE A ECONOMIA PORTUGUESA E A UEM

PEDRO LOPES FERREIRA AN USE OF THE MULTIATTRIBUTE UTILITY THEORY

REVISTA DA FACULDADE DE ECONOMIA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Michael L. Dertouzos et al. (1989)

Made in America: Regaining the Productive Edge, Cambridge Mass., MIT Press, xi, 344 p.

Duas questões se colocam hoje aos economistas atentos ao fenómeno económico internacional: Quais as prioridades do Programa Económico da nova Administração americana? Será que o Presidente Clinton conseguirá finalmente retomar o crescimento económico e a competitividade da indústria? *Made in America* é um livro que nos permite compreender o estado actual da indústria americana, bem como das medidas económicas que terão de ser tomadas para o incremento da produtividade industrial.

A sua elaboração teve como base um estudo efectuado durante dois anos pela Comissão para a Produtividade Industrial do MIT (Massachusetts Institute of Technology). Formada por cientistas, engenheiros e economistas, sob a coordenação de Michael L. Dertouzos, Robert M. Solow e Richard K. Lester, o estudo estendeu-se a oito indústrias (indústria automóvel, indústria química, indústria da aviação comercial, indústria de electrodomésticos, indústria de maquinaria industrial, indústria de semicondutores, computadores e copiadoras, indústria do aço e indústria têxtil), não só da América como também do Japão e da Europa (encontramos estes oito estudos industriais na segunda parte do livro).

Analisando a evolução da economia americana, verificamos que a taxa de crescimento da produtividade da indústria tem vindo a decrescer, reflectindo-se no abrandamento do crescimento económico. Relativamente a alguns países industrializados, esta taxa de crescimento é também inferior ao longo de todo o período em análise, originando a perda de competitividade da indústria e o consequente défice comercial (as importações cresceram e as exportações diminuíram, entre 1970 e 1986, nas oito indústrias estudadas). Segundo essa comissão estes factos reflectem seis modelos de comportamento.

Muitas das indústrias estudadas, utilizam estratégias adoptadas com êxito no pós-guerra, mas inadequadas à realidade económica actual. O grande sucesso da economia americana durante a década de trinta, ficou a dever-se à produção em massa de produtos normalizados para o grande mercado doméstico. As empresas eram organizadas com base na produção em larga escala a baixos custos. Enquanto a indústria americana continuou organizada em estruturas rígidas baseadas no modelo de produção em massa, noutros países industrializados, nomeadamente no Japão, a indústria adoptou, com êxito,

novas formas de organização e tecnologias mais flexíveis para satisfazer a procura limitada de segmentos de mercado. O grande mercado levou também ao "regionalismo" das empresas americanas, enquanto as europeias e as asiáticas adoptavam estratégias globais.

O segundo motivo apontado pela comissão, deve-se ao facto de as empresas terem apenas um horizonte de curto prazo. A principal justificação desta estratégia centra-se no elevado custo do capital, relativamente a outros países industrializados. Como consequência, a indústria americana só realiza um determinado investimento, quando este lhe garante uma boa taxa de retorno a curto prazo. Um exemplo apontado, é o do mercado dos vídeo-gravadores. Os americanos foram os primeiros a introduzir este produto. No entanto, dado que a sua tecnologia era complexa e cara, apostaram somente nas aplicações profissionais, as únicas que garantiam uma boa rentabilidade. Os japoneses, analisando a questão numa perspectiva de longo prazo, apostaram no mercado de electrodomésticos, aperfeiçoando o processo produtivo e o *design*. Hoje, os japoneses dominam um dos mais importantes mercados de electrodomésticos. A grande mobilidade dos recursos humanos leva a que os próprio gestores e trabalhadores tenham também uma visão de curto prazo.

A fraca tecnologia em desenvolvimento e produção é apontada como o terceiro factor responsável pelos problemas de produtividade. Nas últimas décadas, os Estados Unidos têm investido muito em investigação, mas dirigida somente a aplicações comerciais. Por outro lado, a investigação efectuada pela Defesa norte-americana, não é encaminhada para aplicações na sociedade civil. O Japão, pelo contrário, apostou também na investigação do processo de fabrico e na qualidade dos produtos, obtendo assim grandes ganhos de produtividade.

Um outro grande problema da economia americana prende-se com a fraca formação dos recursos humanos. Dos estudos efectuados, concluiu-se que a preparação escolar básica é de inferior qualidade e menos especializada, comparativamente à dos outros países industrializados. Este facto reflecte-se na produtividade do trabalho (as indústrias americanas empregam mais trabalhadores que as japonesas). O treino e a formação também são negligenciados, devido à grande mobilidade do factor trabalho.

A fraca cooperação intra e inter-empresas é um outro factor apontado pela comissão para a fraca produtividade da indústria americana. O elemento humano das empresas reparte-se por várias funções especializadas e hierárquicas. Este tipo de estruturas dificulta a





comunicação e o trabalho de grupo. O aumento da cooperação na empresa passa por um achatamento da pirâmide hierárquica e pela simplificação dos sistemas de gestão (veja-se o exemplo em que os americanos desenvolveram o *just in time* e os japoneses o *kanban*). A cooperação vertical (com os fornecedores) e horizontal (nomeadamente com o Governo) é muito fraca, relativamente aos outros países industrializados.

Por fim, a comissão refere o facto de a indústria e o Governo preconizarem políticas diferentes. Nuns casos, este intervém demais, noutros, de menos. A indústria de electrodomésticos foi afectada em parte por políticas de tarifas, de quotas, *anti-dumping* e *anti-trust*. Similarmente, a indústria têxtil americana e europeia foi protegida por quotas de países terceiros. Outro exemplo, será o das infraestruturas tecnológicas. Também aqui a indústria americana perde para a europeia e para a japonesa.

Com base nestas conclusões, é proposta uma estratégia para a indústria, para os recursos humanos, para o governo e para a educação, com o fim de incrementar substancialmente o desempenho da indústria americana.

Relativamente às indústrias, essa estratégia aposta no processo produtivo com o objectivo de melhorar a produtividade a longo prazo, na alta qualidade dos produtos, num desenvolvimento do controlo de qualidade, na criação de mais linhas de produtos, em processos produtivos mais flexíveis, num maior envolvimento do trabalhador na empresa (maior responsabilidade e experiência, e aligeiramento das estruturas hierárquicas), no incremento da cooperação e na adopção de práticas industriais viradas para o mercado mundial.

Relativamente aos recursos humanos, a estratégia aposta num aumento da cooperação laboral e na criação práticas que promovam os interesses de longo prazo dos trabalhadores e da empresa.

A estratégia governamental assenta na adopção de políticas macroeconómicas que reduzam o custo do capital (aumento da poupança e redução do défice orçamental), no levantamento das restrições comerciais, na adopção de novos programas de educação e na introdução da formação profissional, na promoção da investigação fundamental para o desenvolvimento do processo produtivo, na introdução de infraestruturas tecnológicas nacionais e no aumento da eficiência da investigação militar.

Quanto ao sistema educativo, a estratégia prevê uma reforma que possibilite a adopção da nova mentalidade industrial.

Carlos Carreira

Christian Stoffaës (1991)

A Crise da Economia Mundial, Lisboa, Publicações Dom Quixote, Coleção Nova Enciclopédia, 8, 442 pp. (Trad. de Miguel Serras Pereira e João Faria). Edição original: *Fins des mondes*, Paris, Éditions Odile Jacob, 1987.

Instabilidade no mercado financeiro, flutuação cambial, queda do preço das matérias-primas, Terceiro Mundo, desequilíbrios macroeconómicos mundiais, endividamentos nacionais, desemprego... O que é que explica este período de estagnação que se vive há já quinze anos, depois de trinta anos de crescimento e desenvolvimento contínuos? Será uma crise de ideologia e política económicas? Ou antes uma crise das estruturas industriais?

Stoffaës, em *A Crise da Economia Mundial*, pretende exactamente fornecer as pistas que facilitem a compreensão da crise contemporânea. Para o autor, o factor determinante da situação actual é a confluência de uma crise do pensamento económico e uma crise do sistema industrial. Partindo desta interpretação, o livro examina sucessivamente as origens destas crises. Recolhe os elementos explicativos não só nas características da situação económica e industrial presente, mas também numa análise epistemológica da ciência económica e num estudo retrospectivo do sistema industrial mundial.

A crise da ciência económica revela-se de várias formas: as previsões perdem credibilidade, os modelos económicos deixam de funcionar, várias experiências de políticas económicas são tentadas sem êxito. As dificuldades não aparecem, no entanto, só na previsão e na acção, surgem também com a interpretação dos problemas económicos.

Keynes gerou consenso entre os políticos até aos anos 70. As despesas do Estado cresceram substancialmente; o Estado-Providência instalou-se; o combate ao desemprego era o grande desafio dos governos; vivia-se a época dos grandes agregados macroeconómicos. O colapso do sistema de Bretton Woods, os choques petrolíferos, o aumento da inflação levaram a alterações profundas das políticas económicas. Chegou a época das correntes monetaristas, do neoliberalismo, da *supply-side economics*, de Thatcher, de Reagan. A taxa de juro deixou de ser um objectivo de política monetária; o crescimento e o emprego foram preteridos em favor do combate à inflação; o papel de regulador da conjuntura deixa de ser atribuído ao Estado, os agentes